



Projeto de Recomendação “Ensino e Educação para um Portugal com Futuro”

Nos tempos que correm, de grave crise económica e social, o país debate-se com sérias dúvidas sobre o seu futuro e este surge muitas vezes, aos olhos de todos nós, como muito “negro”. É certo que o presente não se afigura fácil e não será menos verdade que os tempos mais próximos continuarão a ser muito difíceis, mas a História já provou que é nos momentos de tormenta que se tomam medidas que nos permitirão recolher os frutos no futuro, ou seja, devemos ter a coragem de decidir bem hoje para que o nosso amanhã coletivo possa ser muito melhor.

Em primeiro lugar, para continuarmos a ter futuro, enquanto Estado soberano, deveremos olhar com atenção para os problemas da natalidade. Nenhum país tem futuro sem pessoas, devem desenvolver-se verdadeiras políticas natalistas para assegurar que Portugal continuará a ser um país de portugueses, um país com futuro.

Creemos, por outro lado, que Portugal continuará a ter futuro se apostar, de forma séria e coerente, na educação. Se o ensino e as escolas não estiverem no topo das prioridades das políticas públicas e se o investimento nesta área for efetivo, não haverá educação de qualidade.

Nenhum país poderá ter futuro se não apostar, no presente, na formação da sua população. É certo que nos últimos 40 anos o país (e a Região) progrediu muito na qualificação das pessoas, mas ainda há muito a fazer! É preciso fazer uma aposta séria no ensino artístico, na formação técnica e profissional sem descurar nunca a escola pública que deverá continuar a ser gratuita e aberta a todos os jovens que a pretendem frequentar. Para nós a aposta no ensino e na educação são a única garantia de que Portugal terá futuro!

Assim sendo, o Parlamento Jovem Regional, reunido em Plenário, tendo em vista o Ensino e Educação para um Portugal com Futuro, resolve aprovar as seguintes medidas:



1. Reduzir o tempo de cada aula teórica de 90 minutos, para 60 minutos e tornar mais frequente a lecionação de cada disciplina, pois é reconhecido que os alunos não conseguem concentrar-se para além deste tempo;
2. Colocar no registo individual dos alunos as atividades/projetos de mérito que possam valorizar o seu currículo e incentivar a participação cívica dos mesmos;
3. Diminuição da carga horária para os alunos do 3º Ciclo, para efetivar esta medida poderá ser reduzida a carga letiva de algumas disciplinas e/ou retirar do currículo outras disciplinas cuja pertinência é hoje mais discutível;
4. Dar aos pais/encarregados de educação a possibilidade de escolher a escola dos seus educandos, ou seja, o Estado atribuirá a cada criança/jovem um “cheque educação” e depois cada família escolherá a escola (pública ou privada) para os seus filhos;
5. Estabelecer parcerias entre a Escola e outras entidades locais, públicas e privadas, que permitirão aos alunos a observação direta, em contexto real de trabalho, de determinadas profissões e a tomada de decisões mais conscientes.

Funchal, 13 de maio de 2015.